



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3902

Presidente da Mesa Diretora: João Hamilton Silveira

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Empréstimos/financiamentos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 18/04/1994

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 29/94. Autoriza o Poder Executivo a refinancear os saldos devedores de operações de crédito interno de responsabilidade da administração direta do município, junto a órgãos e entidades controladas direta ou indiretamente pela União, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 10

Posição: 07

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Empréstimo
V: 10
Ordem: 07
nº fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

29/94

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autoriza o Executivo a refinarcar os saldos deve-
dores de operações de crédito interno de respon-
sabilidade da Administração direta do
Município, junto a órgãos e Entidades
controladas direta ou indiretamente
pela União e das outras providências

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 18.04.94
- 2 Aprovado em regime de urgência em 20.04.94
- 3 A sanção em 20.04.94
- 4 Arquive-se
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____

Caixa 68



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211

- 39.401.002 -

Montes Claros - MG



PROJETO DE LEI Nº , DE 18 DE ABRIL DE 1994.

Autoriza o Poder Executivo a refinarciar os saldos devedores de operações de crédito interno de responsabilidade da administração direta do Município , junto a órgãos e entidades controla dos direta ou indiretamente pela União , e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado , nos termos desta Lei , a contratar com a União Federal o refinamento de dívidas oriundas de operações de crédito interno , vencidas ou vincendas , junto a órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pela União ,m contraídas pelo Município ou por suas autarquias , fundações públicas e empresas das quais detenha di reta ou indiretamente o controle acionário.

Parágrafo Único - O Município assumirá previamente, perante os credores, as dívidas de responsabilidade de suas controladas , ficando estas autorizadas a promover a transferência ou a contratar diretamente com a União o refinamento de que tra ta este artigo.

Art. 2º - Os créditos havidos pelo Município ou por suas autarquias , fundações públicas e empresas das quais de tenha direta ou indiretamente o controle acionário , junto a órgãos ou entidades controlados direta ou indiretamente pela U nião , poderão ser compensados , parcial ou totalmente , com os saldos devedores a serem refinanciados relativos a operações de crédito .

Parágrfo Único - Na hipótese de assunção de dívi das de que trata o parágrafo único do art. 1º , o Município se sub-rogará nos direitos correspondentes aos créditos de suas con troladas .

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a con tratar refinanciamento pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses , com ou sem carência , obrigando-se a observar , com rela ção ao valor dos compromissos mensais com a operação , os lími tes de comprometimento de receitas estabelecidos pelo Senado Fe deral.

Parágrafo Único - Caso os compromissos mensais



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211

- 39.401.002 -

Montes Claros - MG



fla. 02

não se comportem nos limites de comprometimento, os valores excedentes poderão ser prorrogados para pagamento em até 120 (cento e vinte) meses após o término do prazo inicial do contrato de refinanciamento, de acordo com os critérios estabelecidos pela União.

Art. 4º - Em garantia dos contratos de refinanciamento poderão ser oferecidas as receitas próprias do Município e de suas entidades controladas ou aquelas transferidas pela União na forma do inciso I "b" e parágrafo 3º do artigo 159 da Constituição Federal, bem como outros bens ou direitos legalmente admitidos.

Parágrafo 1º - As receitas do Município, próprias ou transferidas pela União ou pelo Governo Estadual, poderão ser vinculadas, em caráter complementar, para garantia de refinanciamentos contratados diretamente por entidades controladas.

Parágrafo 2º - Em caráter complementar, as receitas próprias de entidades controladas poderão constituir garantia dos refinanciamentos a serem contratados pelo Município.

Art. 5º - Para cumprimento das obrigações assumidas, o Município e suas entidades controladas ficam autorizados a anuir com a inclusão de cláusula contratual que autorize a União a promover o débito, em contas de depósitos, das importâncias não pagas nos vencimentos, inclusive decorrentes de garantias prestadas nos contratos de refinanciamento.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Montes Claros, 18 de abril de 1994.

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE *Legislação*
 EM *10* DE *Jul* DE 19 *74*
[Assinatura]
PRESIDENTE

E LEVAT E CONSTITUICIONAR

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura] (Tanto da conta)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
 EM *10* DE *Jul* DE 19 *74*
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
 EM *10* DE *Jul* DE 19 *74*
[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
 Prefeito Municipal



29/94
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

EM, 18 DE abril

DE 1994.

OF. Nº CJ/044/94

ASSUNTO Encaminha Projeto de Lei

SERVIÇO Consultoria Jurídica

Exmº Senhor Presidente ,

Os recursos financeiros de que dispõe o Município , advêm , na sua maior parte , de convênios celebrados com órgãos da União ou do Estado e de financiamentos , a longo prazo , que lhe faz a União , por meio do FAS - Fundo de Assistência Social - , do Projeto Cura e de outros. Este fato ocorre com os Estados e os demais Municípios da Federação.

A Lei Federal nº 8727/93 permite aos Municípios refinancear suas dívidas , o que é importante , na medida em que lhes oferece maiores parcelamentos , e , em consequência , facilita a liquidação dos débitos .

Esperamos que essa Casa Legislativa , apreciado o Projeto de Lei , o aprove , porque importante para nossa Administração.

Cordialmente ,

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal

Exmº Sr.

Dr. João Hamilton Silveira

DD. Presidente da Câmara Municipal